

REGIÃO SUL Navio da Marinha utilizado em curso do Exército retorna hoje a Paranaguá ► **p6**

PORTUGAL Governo revoga decisão sobre novos aeroportos na Grande Lisboa ► **p8**

INTERNACIONAL Cargueiro com cereais zarpa de porto ucraniano ocupado por russos ► **p8**

BALANÇO DAS ENTREGAS 1º SEMESTRE - 2022

MINISTÉRIO INFRAESTRUTURA



Governo quer leilão do Porto de Santos em dezembro

Segundo ministro, a ideia é concluir os estudos e enviá-los ao TCU até o fim deste mês ► **p4**

EDITORIAL

A missão do Porto de Santos

O ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, voltou a afirmar que o leilão de desestatização do Porto de Santos deve ocorrer ainda este ano. Nessa quinta-feira, ao realizar um balanço das ações da pasta durante o primeiro semestre, ele destacou que o Governo trabalha para que a sessão ocorra em dezembro. E informou que o processo da privatização do complexo marítimo está sendo concluído pela equipe técnica do Ministério e deve ser enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU) neste mês.

De acordo com Sampaio, a Corte de Contas não deve levar mais de 70 dias para avaliar a proposta, que segue um modelo semelhante ao aplicado na desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e que já foi aprovado pelo órgão. “Temos trabalhado para fazer (o leilão) até o final deste ano, em dezembro de 2022. O TCU está muito aberto a acelerar esse processo”, disse. E complementou: “O tribunal já analisou o processo da Codesa recentemente. O modelo é muito próximo. Também temos visto o TCU agir com celeridade em relação ao setor de aviação”.

Contando com a rapidez do TCU, Sampaio estabelece seu cronograma. O ministro sabe que os prazos são pequenos diante da complexidade do processo, mas a meta de ter o leilão no último mês do ano ainda é factível.

Tecnicamente, o risco reside em uma eventual judicialização desse projeto. Caso alguns dos interessados questionem algum aspecto na Justiça e esta interrompa alguma etapa para melhor analisar a questão, será difícil manter a data-limite de dezembro.

O processo de desestatização foi a solução apresentada pelo Ministério para atender duas demandas do setor: garantir os investimentos necessários ao desenvolvimento do porto, diante da escassez de recursos do poder público e, principalmente, assegurar que mudanças no Governo não levem a uma volta de uma gestão menos profissional e mais político-partidária, um fato que infelizmente foi constante na história do complexo santista e que deixou marcas percebidas ainda hoje em sua realidade.

Tais demandas podem ser atendidas de outras formas, é verdade. Mas não há dúvidas de que a desestatização é uma resposta. De qualquer forma, a expectativa é de que a demanda de cargas no Porto de Santos continue crescendo nas próximas décadas e o complexo marítimo tem de atender essa necessidade, quer a gestão continue pública ou passe a ser privada.

FOTO
Ricardo Botelho/Minfra

NESTA EDIÇÃO



▲ CAPA

4 Governo quer leilão do Porto de Santos em dezembro, diz ministro da Infraestrutura

HUB

3 Guerra na Ucrânia aumenta frete marítimo de grãos em 60%

NACIONAL

3 Senado aprova PEC dos Combustíveis
4 Ministério tem 43 empreendimentos entregues no primeiro semestre do ano

Ronnei Glanzmann: “Pretendemos chegar a 50 concessões de aeroportos em 2022”

REGIÃO SUL

6 Navio da Marinha utilizado em curso do Exército retorna hoje a Paranaguá

REGIÃO SUDESTE

7 FAB quer ceder área para terminal portuário na Base Aérea de Santos

Santos é escolhida pela Unesco para receber evento mundial de cultura oceânica

PORTUGAL

8 Governo português revoga decisão sobre novos aeroportos na Grande Lisboa

INTERNACIONAL

8 Navio com 7 mil toneladas de cereais zarpa de porto da Ucrânia

9 SOCIAL

Vitrine - o mundo corporativo em destaque, com a jornalista Cândice La Terza



Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Avenida Senador Pinheiro Machado, 22, Sala 12,
Santos, São Paulo
11075-000, BR

www.portalbenews.com.br

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jacara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Equipe de reportagem
Bárbara Farias, Vanessa Pimentel
e Tales Silveira

Design Gráfico
Mônica Mathias

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

Entre em contato pelo e-mail publicidade@portalbenews.com.br



**LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES**
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Impacto global 1

O mercado sabe que a guerra na Ucrânia impacta, e muito, o transporte marítimo e o próprio comércio mundial, elevando os preços de combustíveis, fretes, grãos e fertilizantes, apenas para citar alguns itens. Mas, agora, já se calcula a dimensão desse impacto. Estudo da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad na sigla em inglês) publicado nesta semana aponta que, entre fevereiro e maio deste ano, o conflito aumentou o valor do frete marítimo para grãos sólidos (grãos, por exemplo) em 60%. Essa alta acabou resultando em um acréscimo de 4% nos preços dos alimentos.

Impacto global 2

O estudo do Unctad, com o título *Maritime Trade Disrupted: The war in Ukraine and its effects on maritime trade logistics* (em tradução livre, *Comércio Marítimo Interrompido: A guerra na Ucrânia e seus efeitos na logística do comércio marítimo*), também calculou o aumento ocorrido no preço do combustível naval, o óleo bunker. No final de maio, o preço pago estava 64% maior do que o cobrado no início do ano.

Novo diretor

A Portos do Paraná, autoridade portuária dos complexos marítimos de Paranaguá e Antonina, conta com um novo diretor de Engenharia e Manutenção, o engenheiro mecânico Victor Yugo Kengo. Ele foi contratado pela empresa em 2016, passando por vários cargos executivos. Recentemente, atuava como gerente de Manutenção Geral. Nesse novo cargo, que assumiu nessa última quinta-feira, Kengo vai coordenar a licitação do Projeto Cais Leste - Moegão, que envolve uma nova descarga ferroviária em Paranaguá e as obras de derrocagem da Pedra da Palangana e de dragagem dos canais de acesso.

Senado aprova PEC dos Combustíveis

Previsão de gastos com a PEC sobe de R\$ 38,75 bilhões para R\$ 41,25 bilhões

Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Para que a PEC fosse aprovada o senador Fernando Bezerra teve que fazer concessões e alterações no relatório apresentado na última quarta-feira (29)

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

O plenário do Senado aprovou nessa quinta-feira (30) a Proposta de Emenda à Constituição 16/2022, conhecida como PEC dos Combustíveis. A proposta permite aos estados zerar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o gás de cozinha e o diesel. Matéria segue para Câmara dos Deputados.

A PEC prevê R\$ 41,25 bilhões até o fim do ano para expansão do Auxílio Brasil e do vale-gás de cozinha, criação de um auxílio mensal aos caminhoneiros, financiar a gratuidade de transporte coletivo para idosos e compensar os estados que concederem créditos tributários para o etanol. O valor não precisará observar o teto de gastos e a regra de ouro.

A proposta foi aprovada por 72 votos a favor e 1 contra no primeiro turno. Para acelerar o processo de votação da PEC - que, de acordo com regimento interno da Casa, exige duas votações realizadas após cinco sessões de primeiro turno e de três para o segundo -, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), realizou a chamada "quebra de interstício".

Também prevista no regi-

mento interno, a quebra de interstício permitiu que as cinco sessões do primeiro turno de votação fossem reduzidas para apenas uma, e o segundo turno de votação fosse convocado para uma sessão subsequente. Neste segundo momento a votação ficou 67 votos a favor e 1 contra.

Proposta e mudanças

Em seu relatório, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) criou um auxílio de R\$ 1 mil para os caminhoneiros autônomos, além de ampliar o Auxílio Brasil para, ao menos, R\$ 600 mensais e o vale-gás para cerca de R\$ 120 a cada dois meses. Essas medidas serão válidas até 31 de dezembro deste ano, segundo o texto. A criação de um novo benefício é proibida pela Lei das Eleições. A norma estabelece que a criação de benefícios é proibida "exceto em casos de calamidade pública, de estados de emergência ou de programas autorizados por lei e já em execução orçamentária no exercício anterior".

Para evitar uma possível judicialização, Fernando Bezerra, com apoio do presidente do Senado, anexou a PEC à outra proposta de emenda à Constituição (PEC 1/2022), do senador Carlos Fávaro (PSD-MT), que, segundo o relator, guarda mais relação com as propostas contidas no substitutivo.

Durante a sessão de quinta-feira, Bezerra acatou novas

emendas ao seu parecer. Dentre eles, a criação de um auxílio, ainda sem valor definido, a taxistas. O incremento deverá custar mais de R\$ 3 bilhões no orçamento da União.

Outra emenda acatada prevê investimento de R\$ 500 milhões para o programa Alimenta Brasil, voltado à agricultura familiar. As mudanças fizeram com que a previsão de gastos subisse de R\$ 38,75 bilhões para R\$ 41,25 bilhões.

Tramitação na Câmara

Na Câmara, a proposta deverá passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, que analisa se o texto do projeto está de acordo com os princípios constitucionais em prazo de no máximo cinco sessões.

Após a aprovação, será criada uma comissão especial para debater as questões específicas do tema abordado na PEC. A instalação de uma comissão especial necessita de determinação do presidente Arthur Lira (PP-AL), e eleição de presidente, vice e relator. As votações devem acontecer de maneira presencial.

A votação da PEC só poderá acontecer na Comissão Especial após cinco sessões, que são contabilizadas de maneira diferente das sessões de Plenário, não podendo, portanto, ser encerradas e abertas no mesmo dia. Depois, a proposta segue para análise do plenário da Câmara.

NACIONAL

Governo quer leilão do Porto de Santos em dezembro, diz ministro da Infraestrutura

Órgão quer entregar estudos para o TCU até o fim do mês

Duvalgação/ SPA

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

O ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, afirmou nessa quinta-feira (30) que o Governo trabalha para realizar o leilão da Santos Port Authority (SPA) em dezembro deste ano. A afirmação ocorreu durante evento de balanço do primeiro semestre de 2022 da pasta.

Atualmente os estudos e a minuta de edital encontram-se no Ministério da Infraestrutura. A ideia é que eles sejam finalizados até o fim deste mês de julho, quando devem ser enviados ao Tribunal de Contas da União (TCU).

“O Porto de Santos é realmente um grande ativo. Temos trabalhado para fazer (o leilão) até o final deste ano, em dezembro de 2022. O TCU está muito aberto a acelerar esse processo. Estamos fechando os estudos no mês de julho e protocolamos no final do mês no TCU”, disse.

O titular da pasta afirmou ainda acreditar que o tribunal não deverá demorar mais que 70 dias para analisar o processo. Segundo ele, o leilão do Porto de



Segundo Marcelo Sampaio, os estudos de licitação da SPA serão enviados ao TCU até o fim de julho

Santos seguirá modelos de gestão iguais aos que serão praticados na desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), primeira desestatização portuária do País, realizada em março deste ano.

“Contamos com aprovação do TCU em 60 a 70 dias. Isso permitiria fazer o leilão ainda neste ano, abrindo o edital agora no final do segundo semestre. O tribunal já analisou o processo da Codesa recentemente. O modelo é muito próximo. Também temos visto o TCU agir

com celeridade em relação ao setor de aviação”, comentou.

BR dos Rios

Ainda segundo o ministro da Infraestrutura, o governo deverá enviar o projeto que trata do marco legal dos rios no País, o “BR dos Rios”, em setembro deste ano.

“Por muitos anos, o setor aquaviário foi esquecido no Brasil. Temos trabalhado em fomentar mudanças na nossa matriz de transporte. Fizemos isso no transporte ferroviário e na cabotagem. O BR dos Rios

também terá esse viés de fomento, principalmente para o Arco Norte do País. Pretendemos entregar até o fim do mês de setembro esse projeto”, falou.

Conforme o BE News adiantou, o BR dos Rios, seguirá a mesma ideia do programa “Voo Simples”, lançado em novembro de 2020 e que teve como objetivo modernizar e desburocratizar o setor de aviação civil. A ideia é que seja elaborada uma série de ações, além de decretos e um projeto de lei para incentivar o setor hidroviário do País.

“O BR dos Rios fará revisões infralegais e legais no setor. Também permitirá o uso do fundo da Marinha Mercante para operação dessas hidrovias. Pretendemos ainda fazer uma parceria com o próprio exército brasileiro. Esse modelo é o mesmo usado no rio Mississippi, nos Estados Unidos”, explicou Marcelo Sampaio.

Caminhoneiros

O ministro tratou ainda sobre a insatisfação dos caminhoneiros com os preços dos combustíveis. O titular da pasta reafirmou que substituiu o ex-ministro da Infraestrutura Tarcísio de Freitas nos grupos de WhatsApp da categoria e que, até o momento, não percebeu nenhuma força conjunta para realizar paralisações como em 2018.

“Substituí o ex-ministro nestes grupos e continuamos interagindo com a categoria, que tem suas lideranças pulverizadas. Estamos acompanhando as dinâmicas destes grupos e também conversando para entender a dor e buscar meios de revisar políticas públicas e melhorar o setor. Não há previsão de paralisação. Percebemos que não há consenso nos grupos”, disse.

Ministério entrega 43 empreendimentos no primeiro semestre do ano

Conjunto de melhorias executadas neste ano somam R\$ 2,3 bilhões em investimentos públicos e privados.

Ricardo Botelho/Minfra

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

No primeiro semestre de 2022, o Ministério da Infraestrutura entregou 43 empreendimentos. Do acumulado de 2019 até hoje foram 280 obras públicas concluídas, incluindo restaurações, revitalizações e construções. Os dados foram apresentados durante o balanço de entregas da gestão, nessa quinta-feira (30).

De janeiro a junho, foram 34 entregas no modal rodoviário, seis no aeroportuário, dois no hidroviário e um no ferroviário. No total, 630,3 quilômetros de rodovias foram duplicadas, pavimentadas e restauradas. As intervenções realizadas incluem ainda renovação e ampliação de aeródromos, obras de manutenção e contenção fluvial em hidrovias e uma concessão ferroviária. O conjunto de melhorias executadas neste ano



Sampaio fez um balanço sobre os projetos da pasta da Infraestrutura no semestre passado

somam R\$ 2,3 bilhões em investimentos públicos e privados.

Também foram computados seis novos contratos de

autorização para o setor ferroviário. Desde a sanção do novo Marco Legal das Ferrovias, realizado em dezembro do ano passado, foram 27 autorizações

expedidas. Esses empreendimentos devem agregar cerca de 10 mil novos trilhos à malha ferroviária nacional, em 15 unidades da Federação. A projeção de investimentos nos trechos autorizados é de R\$133,2 bilhões.

Para o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, as entregas reforçam o compromisso da gestão com os brasileiros, e com a urgência de modernizar o setor de infraestrutura e equilibrar a matriz nacional de transportes, fazendo com que o Brasil cresça de forma eficiente e sustentável.

“São obras estruturantes, fundamentais para integrar um país continental, trazendo mais

CONTINUAÇÃO DA MATÉRIA DA PÁGINA 4

conectividade e segurança, facilitando a movimentação de cargas, impulsionando a economia e transformando a vida da população”, disse.

Concessões

O balanço mostra que, desde o início da gestão, foram leil-

oados 84 ativos e contratados mais de R\$ 99,4 bilhões, que devem gerar cerca de 1,5 milhão de empregos no decorrer dos contratos. Neste semestre, foram cinco leilões, que garantiram R\$ 12,5 bilhões em investimentos e R\$161 milhões em outorgas.

No setor portuário, o destaque foi o leilão da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), que assegurou R\$335 milhões em investimentos privados para o setor. Para o setor rodoviário a evidência ficou para a concessão da rodovia Rio-Valadares (BR-

116/493/465/RJ/MG), que liga a capital do Rio de Janeiro ao município mineiro de Governador Valadares. Nos próximos 30 anos, a EcoRodovias, concessionária vencedora do leilão, deverá investir R\$ 11,3 bilhões nos 726,9 quilômetros de extensão do sistema

rodoviário.

Ainda neste semestre, teve início a operação das rodovias Presidente Dutra e Rio-Santos. Juntas, as duas garantirão R\$ 14,8 bilhões em investimentos privados ao longo das três décadas de duração do contrato.

Ronnei Glanzmann: “Pretendemos chegar a 50 concessões de aeroportos em 2022”

Caso a previsão aconteça, será contratado o equivalente a R\$ 18 bilhões em investimentos privados

Divulgação



▲ Governo espera licitar o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante ainda este ano

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

O secretário nacional de Aviação Civil, Ronnei Glanzmann, afirmou que o governo espera chegar a 50 terminais concedidos para a iniciativa privada. A fala aconteceu durante o balanço de entregas do primeiro semestre do Ministério da Infraestrutura, nesta quinta-feira (30).

Segundo Glanzmann, além dos 34 aeroportos já concedidos desde 2019, o ministério conta com os 15 aeroportos que, no dia 18 de agosto, serão leiloados na sétima rodada de concessões,

e com a relicitação do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (ASGA-RN). Se a previsão for concretizada, será contratado o equivalente a R\$ 18 bilhões em investimentos privados.

“Temos um pipeline grande de projetos. Os números mostram que são 34 aeroportos já concedidos, mas, se olharmos até o fim do ano, vamos bater a marca de 50 aeroportos. Temos 15 aeroportos com a sétima rodada e a relicitação do aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Estamos trabalhando forte para fazer o leilão deste aeroporto ainda este ano. Vamos para quase R\$ 18 bilhões contratados”, disse.

Atualmente o processo de relicitação do aeroporto do Rio Grande do Norte se encontra no Tribunal de Contas da União (TCU). Por três vezes o processo entrou na pauta de deliberações do plenário da Casa, mas foi retirado.

Segundo apuração feita pelo BE News, a tendência é que o processo de relicitação da ASGA seja aprovado nas próximas sessões do tribunal. Ao jornal, membros do Ministério da Infraestrutura que estão em contato direto com o TCU afirmaram que as duas primeiras retiradas se deram por problemas de entendimento sobre o voto do relator, ministro Aroldo Cedraz, que ia de encontro à Lei 14.368/2022,

conhecida como “Lei do Voo Simples”.

A norma foi sancionada em junho deste ano e permite que as relicitações sejam feitas antes do cálculo final das indenizações (também chamado de encontro de contas) ao concessionário que está deixando o ativo. Também estabelece que a União custeará eventuais prejuízos caso o valor inicial ofertado pela nova outorga seja menor que o valor de pagamento devido à antiga empresa.

Já o ministro da Corte de Contas iria determinar exatamente o inverso. Ou seja, que o cálculo das indenizações fosse apresentado antes da realização das indenizações. “O voto

do ministro ficaria obsoleto”, disse uma das fontes, afirmando que Cedraz já refez seu voto seguindo o novo entendimento trazido pela norma.

Já o último adiamento se deu por motivos processuais. Antes da realização da sessão ordinária de Plenário, o TCU analisou as contas do governo federal relativas ao ano de 2021, se estendendo até as 14h30. Isso fez com que o plenário se reunisse às 17h. Nesses casos, para não haver prolongamento de sessão, os ministros são instruídos a não deliberar sobre assuntos que geram discussões. Portanto, a tendência é que a corte de contas aprove a relicitação já na próxima quarta-feira (6).

REGIÃO SUL

Navio da Marinha utilizado em curso do Exército retorna hoje a Paranaguá

Militares, entre alunos e instrutores do programa de formação de reservistas, realizaram atividades de instrução

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

O navio balizador “Faroleiro Mario Seixas”, da Marinha do Brasil, retorna hoje (1) ao Porto de Paranaguá (PR) para desembarcar os 40 militares, entre alunos e instrutores, que fazem parte do curso de formação de reservistas do Exército Brasileiro. O grupo ficou dois dias embarcado para atividades de instrução.

A embarcação é pequena: mede 35,5 metros de comprimento (loa), 6,7 metros de largura (boca) e opera com calado de 3,8 metros. Apesar do tamanho, o navio conta com todo o apoio operacional da autoridade portuária paranaense, a Portos do Paraná.

O NAVIO BALIZADOR É UMA EMBARCAÇÃO RESPONSÁVEL POR SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO NÁUTICA, COMO O LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO DE BOIAS E BALIZAS E APOIO A REPAROS EM FARÓIS, A FIM DE CONTRIBUIR PARA A SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO

O navio atracou na quarta-feira (29), no berço 206, que geralmente é utilizado para exportação e importação de granéis sólidos. “Como temos um cais bastante dinâmico, nas janelas em que não temos navios operando conseguimos encaixar esses casos extraor-



Claudio Neves/Portos do Paraná

A embarcação é pequena: mede 35,5 metros de comprimento (loa), 6,7 metros de largura (boca) e opera com calado de 3,8 metros. Apesar do tamanho, o navio conta com todo o apoio operacional da autoridade portuária paranaense, a Portos do Paraná

apoiar a reparos em faróis, a fim de contribuir para a segurança da navegação.

Sediada atualmente em Paranaguá, a embarcação conta com uma tripulação de 19 militares. A atividade realizada essa semana serviu de apoio ao Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva do 20º Batalhão de Infantaria Blindado.

“Na sequência, o navio demandará o Porto de Itajaí, numa comissão para o adestramento do comandante nomeado, que assumirá o Comando do Mario Seixas em meados de julho”, explicou o capitão Rodrigo Teles.

dinários”, explicou o diretor de Operações da Portos do Paraná, Luiz Teixeira da Silva Júnior.

Assim que os militares embarcaram, às 13h40 de quarta-feira, o navio zarpou para a instrução. As atividades se encerram hoje (1), quando a embarcação retorna e atraca

por volta das 11 horas para o desembarque dos militares, e parte às 13h do mesmo dia.

Como explica a Marinha do Brasil, o navio balizador é uma embarcação responsável por serviços de sinalização náutica, como o lançamento e recolhimento de boias e balizas e

CENTRO-OESTE EXPORT 2022

4 e 5 de julho
Campo Grande - MS

TRANSMISSÃO
ONLINE E GRATUITA

PRESENÇA
CONFIRMADA

Reinaldo Azambuja
Governador do Estado
do Mato Grosso do Sul

INSCREVA-SE
www.forumbrasilexport.com.br

CENTRO-OESTE
EXPORT
FÓRUM REGIONAL DE LOGÍSTICA
E INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA

PATROCÍNIO



APOIO INSTITUCIONAL

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



REALIZAÇÃO



POLÍCIA FEDERAL APREENDE MEIA TONELADA DE COCAÍNA NO PORTO DE SANTOS

A Polícia Federal apreendeu 498 kg de cocaína no Porto de Santos (SP) nessa quinta-feira (30). Em ação integrada com a Receita Federal, a droga foi encontrada em uma carga de açúcar que tinha como destino final o Porto de Toamasina, em Madagascar, na África, com baldeação no porto de Antuérpia, na Bélgica. O entorpecente foi achado durante a inspeção de 27 toneladas de açúcar, acondicionadas em sacas de rafia, após o cão de faro da Receita Federal sinalizar a presença da droga. Um inquérito policial será aberto pela PF para dar prosseguimento à investigação.

REGIÃO SUDESTE

FAB quer ceder área para terminal portuário na Base Aérea de Santos

Força Aérea Brasileira planeja licitar cessão de área para a iniciativa privada em 2023 e contratou o BNDES para a elaboração do projeto

Claudio Neves/Portos do Paraná

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

A Força Aérea Brasileira (FAB) pretende lançar, no próximo ano, um edital de cessão de uma área da Base Aérea de Santos, que fica no distrito de Vicente de Carvalho, em Guarujá (SP), às margens do canal de navegação do Porto de Santos. A ideia é que esse espaço abrigue um terminal portuário e, para a elaboração do projeto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi contratado.

Segundo o chefe do Departamento da Área de Desestatização do BNDES, Omar Lima, a expectativa é que o certame licitatório seja realizado no segundo semestre do próximo ano.

A área a ser licitada na Base Aérea de Santos tem 600 mil m², acesso ao canal de navegação do Porto de Santos, na margem esquerda, e um espaço de retroárea para arma-



A FAB planeja abrir concorrência pública para cessão de área de 600 mil m² na Base Aérea de Santos

zenagem de carga. Segundo o BNDES, em uma avaliação preliminar, foi identificado potencial para um terminal de grãos sólidos ou líquidos. Porém, os estudos ainda serão aprofundados.

O representante do BNDES estima que a oferta da área possa atrair muitos interessados da iniciativa privada. "Vários grupos logísticos já manifestaram interesse e pensaram em projetos para o local.

A demanda não será um problema", afirmou Lima.

Contudo, a FAB planeja um modelo de cessão de área a partir de contrapartidas, que permita ao futuro arrendatário explorar a área em troca de serviços prestados de engenharia. Por exemplo, contratando obras e reformas a serem feitas em outras bases da FAB, como pistas de pouso e decolagem, prédios que abrigam os militares etc.

Caso o pagamento pelo uso da área fosse feito em dinheiro, ele iria para o caixa geral da União. Essa modalidade de cessão, por contrapartidas, é permitida desde 2020, quando foi instituída uma lei que atualizou as regras para gestão de imóveis da União.

No Rio de Janeiro

A FAB também contratou o BNDES para elaborar a modelagem de cessão de outra área na

O BNDES IDENTIFICOU POTENCIAL PARA INSTALAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE GRANÉIS SÓLIDOS OU LÍQUIDOS NO LOCAL

cidade portuária do Rio de Janeiro (RJ), localizada entre a Avenida Brasil e a Linha Amarela. Trata-se de um terreno de cerca de 100 m², que provavelmente será destinado a instalações logísticas.

Os detalhes dos projetos e do arranjo de cessão ainda serão definidos. O BNDES deverá abrir em breve o processo de seleção dos consultores que irão analisar os empreendimentos. Os estudos deverão ser feitos entre o final deste ano e o início de 2023, para que a licitação seja realizada no segundo semestre do próximo ano. Mas, no caso da Base Aérea de Santos, audiências públicas deverão ser promovidas antes da realização do certame.

Santos é escolhida pela Unesco para receber evento mundial de cultura oceânica

O anúncio foi feito pela Unesco durante a Conferência dos Oceanos da ONU, que acontece em Lisboa

Divulgação/PMS

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

A cidade de Santos (SP), no Brasil, foi escolhida para sediar um evento mundial de cultura oceânica, que reunirá mais de 25 países, entre os dias 10 e 15 de outubro deste ano. O anúncio foi feito pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), na última quarta-feira (29), durante a Conferência dos Oceanos da Organização das Nações Unidas (ONU), que acontece em Lisboa, Portugal. Santos foi selecionada por ser considerada pioneira na temática.

O objetivo da iniciativa é promover a troca de conhecimentos sobre a conexão de cada indivíduo e setor da sociedade com o oceano e o desenvolvimento sustentável.

O Brasil será o primeiro de uma série de países que receberão o evento, nomeado Diálogos da Cultura Oceânica.



Vista da Laje de Santos: na cidade, vão ocorrer eventos para celebrar, sensibilizar, engajar, debater, vivenciar e comunicar a cultura oceânica com a população

Em Santos, segundo a Prefeitura, serão planejadas ações em diversos pontos, com o objetivo de celebrar, sensibilizar, engajar, debater, vivenciar e comunicar a cultura oceânica com a população.

Durante os seis dias de conferência estarão presentes comunicadores, artistas, cientistas, lideranças globais, empresas, governos e a sociedade.

"Santos é uma cidade pioneira, que planeja seus objetivos tendo em vista o

progresso aliado à sustentabilidade e ao desenvolvimento humano. Agora em julho receberemos municípios de vários países para a conferência das Cidades Criativas da Unesco e, em outubro, mais este importante evento, que reforça a vocação santista de ser uma cidade de portas abertas para o mundo", disse o prefeito Rogério Santos.

De acordo com o professor Ronaldo Christofoletti, do Campus Baixada Santista da Universidade Federal do

Estado de São Paulo (Unifesp) e coordenador do evento no Brasil, essa é uma oportunidade única para que todos os setores da sociedade se integrem na relação com o oceano.

Para o secretário municipal de Meio Ambiente, Marcos Libório, que está em Lisboa representando a cidade na Conferência dos Oceanos da ONU, a escolha é um reconhecimento. "São anos de trabalho construindo uma política pública de participação e respeito ao ambiente marinho. A escolha de Santos reconhece esses esforços e nos dá ainda mais forças para avançar e consolidar a cidade como referência no tema", disse.

O secretário apresentou na quarta-feira as ações realizadas em Santos durante o painel 'O que a alfabetização do oceano significa para você?', realizado no Pavilhão do Conhecimento - Ciência Viva, no Parque das Nações, em Lisboa.

Santos é a única cidade brasileira não capital a participar da conferência e foi con-

vidada devido ao trabalho de combate às mudanças climáticas. O evento, que termina nesta sexta-feira (1), é considerado o mais importante sobre a conservação do ecossistema marinho.

Cidade pioneira

Francesca Santoro, coordenadora do programa de Cultura Oceânica da Comissão Oceanográfica Intergovernamental da Unesco, disse que o convite também se deve à Lei da Cultura Oceânica, que inseriu a temática no currículo das escolas públicas de Santos.

O município tem ainda o Observatório da Interface entre Ciência e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável, que nasceu com o objetivo de unir Academia, Poder Público e sociedade para pensar juntos o futuro do município.

Para isso, o Observatório planeja ações locais com base na ciência para atingir as metas da Agenda 2030 e da Década do Oceano.

PORTUGAL

Governo português revoga decisão sobre novos aeroportos na Grande Lisboa

A ideia de construir instalações nas cidades de Montijo e Alcochete gerou crise no parlamento

Da Redação
redacao@portalbenews.com.br

O primeiro-ministro de Portugal, António Costa, determinou a revogação do despacho do Ministério das Infraestruturas divulgado na quarta-feira (29), que estabelecia a construção de dois aeroportos na região de Lisboa - nas cidades de Montijo e Alcochete - para aliviar sua capacidade aeroviária.

António Costa havia sido surpreendido pela notícia, assim como o presidente Marcelo Rebelo de Sousa e as lideranças políticas, que prontamente pediram a demissão do ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos.

Em meio à crise no governo e após reunir-se com o primeiro-ministro, Nuno Santos convocou a imprensa para



Ministro das Infraestruturas propôs construção de novos aeroportos para desafogar o Humberto Delgado, instalado no centro de Lisboa

lamentar a "falha relevante", mas, recordando sua trajetória e seus feitos, declarou que não se demitiria.

Enquanto se esperava que o primeiro-ministro tomasse a iniciativa afastando Nuno Santos, Costa declarou: "Está corrigido o erro e agora é seguir em frente". Ele admitiu

que "houve um erro grave", mas que o ministro já havia assumido a responsabilidade.

Agora, portanto, o futuro da infraestrutura aeroviária volta a ser incerta na região. António Costa disse que a solução para a expansão no setor terá que ser consensual com o PSD, principal

partido de oposição, e submetida ao presidente Marcelo Rebelo de Sousa antecipadamente.

O despacho de Nuno Santos estabelecia a construção de um aeroporto em Montijo, na margem esquerda do rio Tejo e a 40 km do centro de Lisboa, para operações já em 2026. E

definia a construção de outro aeródromo em Alcochete, também do outro lado do Tejo, a 23 km do centro, para começar a operar em 2035.

O atual aeroporto, o Humberto Delgado, na região da Portela, na capital, está sobrecarregado e cogita-se investir imediatamente 300 milhões de euros (R\$ 1,64 bilhão) para atenuar a capacidade e conforto do equipamento.

Há anos se estudam as alternativas de Montijo e Alcochete, mas pela legislação portuguesa, as comunidades envolvidas têm que concordar com a implantação do aeroporto, o que não aconteceu.

O PSD, partido de oposição, mostra-se contrário à mudança na lei. Agora, António Costa tentará obter um consenso e definir que aeroportos, quando e onde, afinal, serão construídos para pôr fim a uma situação que se agrava com a retomada do crescimento turístico.

INTERNACIONAL

Navio com 7 mil toneladas de cereais zarpa de porto da Ucrânia ocupado por tropas russas

Berdyansk, um porto no Mar de Azov, foi conquistado de maneira intacta pelas tropas russas no início da ofensiva na Ucrânia, em fevereiro

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

O primeiro navio de carga com 7 mil toneladas de cereais zarpu do porto de Berdyansk, na Ucrânia, escoltado pela Marinha russa. O porto é ocupado pelas tropas russas, segundo anunciaram, nessa quinta-feira (30), as autoridades pró-Rússia designadas pelo Kremlin.

"Após vários meses de paralisação, um primeiro navio mercante zarpu do porto comercial de Berdyansk, 7 mil toneladas de grãos partiram para países amigos", afirmou o chefe da administração pró-Rússia da região, Evgeny Balitski, no Telegram.

"A segurança do navio de carga está garantida pelos navios e barcos de patrulha da base marítima militar da Frota do Mar Negro em Novoros-



Soldado russo na zona portuária da cidade de Berdyansk no último dia 14

siisk", acrescentou.

A Ucrânia acusa a Rússia de roubar suas colheitas de trigo de áreas ocupadas pelo exército russo no sul e vender o produto de maneira ilegal no exterior, o que Moscou nega.

O porto da cidade de Berdyansk está localizado no Mar de Azov e foi conquistado de maneira intacta pelo exército russo no início da ofensiva

na Ucrânia, em fevereiro.

O porto fica na região de Zaporizhzhia, ocupada em grande parte pela Rússia, assim como a região vizinha de Kherson.

A invasão de Moscou ao país vizinho, iniciada em 24 de fevereiro, pode provocar uma crise alimentar mundial, já que a Ucrânia, um dos principais exportadores de cereais, não consegue vender suas colhei-

tas a partir dos portos que ainda controla.

Atualmente, estima-se que haja cerca de 25 milhões de toneladas de cereais retidos nos portos ucranianos. No entanto, segundo a embaixadora geral do Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia, Olha Trofimtseva, mesmo com os portos bloqueados, a Ucrânia está exportando 1,5 milhão de toneladas de cereais por mês — por terra, usando a ferrovia e as estradas que não estão destruídas.

"Nos últimos meses, exportamos uma média de 1,5 milhão de toneladas de cereais por terra, por via ferroviária e rodoviária", disse a diplomata, que é também coordenadora do Conselho de Exportadores e Investidores, segundo a agência local Ukrinform.

A Rússia diz que permitirá a saída dos navios ucranianos carregados de alimentos caso o exército de Kiev libere as rotas

marítimas.

A Ucrânia se recusa a seguir a medida pelo temor de que o exército russo ataque a costa ucraniana do Mar Negro. O país já perdeu todo o perímetro do Mar de Azov.

As negociações sobre o tema, com participação da Turquia e da ONU, não apresentaram resultados até o momento.

A Rússia também não pode exportar sua produção agrícola devido às sanções impostas pelo Ocidente em represália aos ataques à Ucrânia.

Moscou instalou "administrações militares e civis" nas regiões de Kherson e Zaporizhzhia. As autoridades designadas pelo Kremlin estão organizando a "russificação" destas áreas.

As novas autoridades afirmam que estão preparando a anexação dos territórios pela Rússia, como aconteceu em 2014 com a península ucraniana da Crimeia.



CÂNDICE LA TERZA
candice@portalbenews.com.br

VITRINE

A coluna **Vitrine** vem recheada de acontecimentos importantes que marcaram a agenda de eventos corporativos no Brasil e na Europa nas últimas semanas. Encontros estratégicos que fomentam networking, geram negócios, movimentam o mercado por terra, céu e mar! Para os eventos que fazem a diferença, esta é a sua **Vitrine**. Até a próxima edição.

3º PRÊMIO PORTOS +BRASIL

Reunindo autoridades de todo o País, aconteceu no último dia 23, no Clube Naval, em Brasília, a 3ª edição do Prêmio Portos +Brasil, uma realização da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, do Ministério da Infraestrutura, que destaca as melhores administrações portuárias brasileiras. A estrela da noite foi a Portos do Paraná: eleita a melhor gestão portuária do País pelo terceiro ano consecutivo. A companhia venceu com o melhor Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP), indicador considerado o mais importante para atestar a capacidade de gerência dos portos. Entre todos os portos públicos da nossa nação, os paranaenses (Paranaguá e Antonina) alcançaram a nota máxima: 100 pontos.

Vosmar Rosa/Minfra



O diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia da Silva, recebe a premiação pela melhor gestão portuária do País pelo terceiro ano consecutivo



Vosmar Rosa/Minfra

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, e o diretor-presidente da Santos Port Authority (SPA), Fernando Biral, que recebe a premiação pelo terceiro lugar no Ranking do Índice de Gestão da Autoridade Portuária (IGAP). A SPA empatou com a Companhia Docas do Pará (CDP)

Vosmar Rosa/Minfra



Vosmar Rosa/Minfra

O secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura (Minfra), Bruno Eustáquio, e o presidente da Companhia Docas do Pará (CDP), Eduardo Bezerra, reconhecido pelo terceiro lugar no Ranking do Índice de Gestão da Autoridade Portuária (IGAP).

O secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, do Minfra, Mario Povia, e a diretora empresarial e de Relação com o Mercado da Codeba, Ana Paula Calhau, contemplada com o 1º lugar em Variação do Lucro Operacional (EBITDA)

VITRINE

ZONA FRANCA DE PORTAS ABERTAS, NA CAPITAL AMAZONENSE

O programa, lançado no início de 2021, chegou à sétima visita na última terça-feira, tendo como anfitriã, nesta edição, a Super Terminais, integrante de um grupo com mais de 30 anos de experiência no mercado de transporte e logística.

A ação Zona Franca de Portas Abertas é coordenada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), em parceria com empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM), e tem o objetivo de oferecer opções de visitas monitoradas às plantas fabris que integram o modelo de desenvolvimento regional da Zona Franca. O Portas Abertas precisou ser interrompido em razão das medidas protetivas contra a Covid-19, mas foi retomado em fevereiro deste ano, por ocasião da agenda comemorativa dos 55 anos da Suframa e da ZFM.



Divulgação/Super Terminais

Grupo no Pátio 2 da Super Terminais, na capital amazonense, na sétima visita da Zona Franca de Portas Abertas

O CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, o superintendente da Zona Franca de Manaus, general Algacir Polsin, e o presidente do conselho do Portugal Export, o advogado Benjamin Gallotti, recebem placa comemorativa dos 25 anos da Super Terminais, entregue pelo diretor da empresa, Marcello Di Gregório



Divulgação/Super Terminais



OPERADORES LOGÍSTICOS

Na última terça-feira, foi apresentado aos deputados federais o estudo "Perfil dos Operadores Logísticos 2022", desenvolvido pela Associação Brasileira de Operadores Logísticos (Abol) em parceria com o Instituto de Logística e SupplyChain (Ilos). O evento, promovido em parceria com a Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara, aconteceu no Congresso, em Brasília.



Divulgação/Abol

Djalma Vilela, presidente do Conselho Deliberativo da Abol, Marcella Cunha, diretora-executiva da Abol e dep. Hildo Rocha, Presidente da CVT - Comissão de Viação e Transportes da Câmara

CONFERÊNCIA DOS OCEANOS DAS NAÇÕES UNIDAS

Do outro lado do Atlântico, em Lisboa - Portugal, aconteceu a Conferência dos Oceanos das Nações Unidas - United Nations Oceans Conference, marcada por discussões fundamentais para o desenvolvimento do setor e palestra da ilustre Sylvia Earle, uma referência internacional na proteção aos oceanos.

David Schurmann, CEO do Voz dos Oceanos; Sylvia Earle, bióloga marinha, oceanógrafa e presidente da Mission Blue, de proteção dos oceanos, e João Eduardo Amaral, COO e diretor Executivo Geral do Voz dos Oceanos e presidente do Conselho ESG do Brasil Export, durante a Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, em Lisboa



João Eduardo Amaral/Arquivo Pessoal